

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1640 | 2 A 7 DE NOVEMBRO DE 2020



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara

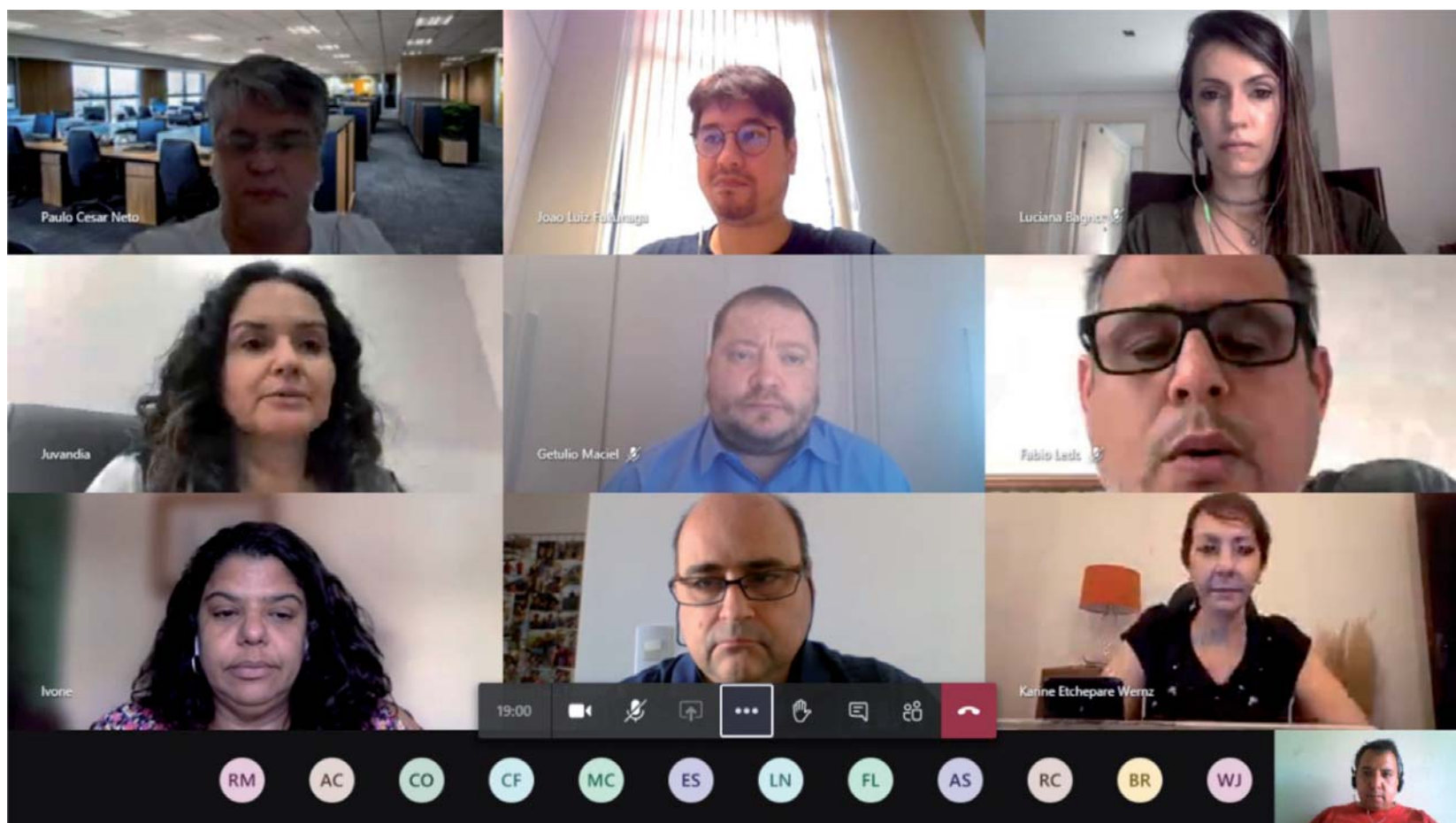


seebce



85 99129 5101

FUNCIONALISMO NEGOCIA TELETRABALHO COM O BANCO DO BRASIL



Em reunião virtual, a COE BB e a direção do banco negociam para firmar um acordo sobre o teletrabalho no banco **(pág. 4)**

Santander lucra quase R\$ 10 bi em 2020 e, mesmo assim, segue demitindo **(pág. 5)**

Eleições na Camed acontecem no final de novembro. Veja quem o Sindicato apoia **(pág. 8)**

BOLSONARO NÃO RESISTE ÀS CRÍTICAS E REVOGA DECRETO QUE ABRIA AS PORTAS PARA PRIVATIZAÇÃO DO SUS

Semana passada, a mobilização de todos nós conquistou uma importante vitória. A forte reação de todos que defendem os interesses dos brasileiros, em especial os mais pobres que dependem dos serviços públicos, obrigou o governo Bolsonaro a recuar e revogar, no final da tarde do dia 28/10, o decreto de privatização das Unidades Básicas de Saúde (UBS), que havia sido publicado no dia anterior, 27/10. O decreto abria as portas para a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS). O Ministério da Saúde foi excluído das tratativas.

No decreto, publicado no Diário Oficial, Bolsonaro determinava à equipe econômica que criasse um modelo de privatização para Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República. As UBS foram criadas para atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhamento para outros serviços, como emergências e hospitais públicos. Ou seja, são a porta de entrada do SUS.

Para impedir mais esta arbitrariedade do governo Bolsonaro, diversos deputados do campo progressista protocolaram um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) – instrumento que tem o poder de suspender imediatamente os efeitos de um decreto presidencial. Todos consideram inadmissível privatizar as 45 mil unidades da atenção primária, primeiras no atendimento nos casos de pacientes Covid e também responsáveis pela vacinação da população.

E a reação se espalhou por toda a sociedade que tomou as redes sociais denunciando a manobra do governo para abrir as portas para a privatização do SUS: hashtags como #OSusSalvaVidasEleNão, o #SUSéNosso e #DefendaOSus estiveram em alta durante todo o dia 28/10.

Só mesmo um presidente obscurantista, negacionista, autoritário e ultra neoliberal para assinar um decreto para privatizar unidades básicas de saúde, por meio de parcerias público-privadas. O decreto presidencial levaria, com certeza, à cobrança de consultas e tratamentos nas unidades básicas de saúde. Para se ter uma ideia, numa comparação com o sistema privado de saúde dos Estados Unidos, o tratamento contra a Covid-19 custa de US\$ 30 mil a US\$ 70 mil dólares – o equivalente a R\$ 172 mil e R\$ 402 mil respectivamente. No Brasil o custo é zero.

As UBSs são o coração do SUS, o diferencial na Estratégia Saúde da Família. Importantíssimas para toda a sociedade e sua privatização colocaria o SUS sob ameaça de ser entregue à iniciativa privada.

Diante de uma pandemia mundial, o Sistema Único de Saúde foi o principal agente, no Brasil, para salvar vidas. Esse é o momento de reconhecermos a importância do SUS e fortalecermos sua atuação. Mas esse governo genocida quer optar por vendê-lo. Além disso, a nossa Constituição define que a saúde no Brasil é pública, universal e integral.

O recuo do governo covarde de Bolsonaro mostra que nossa mobilização tem força, sim! Não podemos permitir que esse governo faça o que bem entende, entregando nosso patrimônio, sobretudo, a garantia de nossa saúde, à sanha do mercado privado. Toda vez que esse governo ameaçar nossos direitos primordiais, a resistência será nossa palavra de ordem. Estamos sempre #NaLutaComVocê.



**José Eduardo Rodrigues
Marinho**

*Presidente em exercício
do Sindicato dos Bancários
do Ceará*



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente em exercício: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

BRDESCO DEMITE FUNCIONÁRIOS MESMO COM LUCRO DE QUASE R\$ 13 BI EM NOVE MESES

O Bradesco obteve Lucro Líquido Recorrente de R\$ 12,657 bilhões nos primeiros nove meses de 2020, queda de 34,2%, em relação ao mesmo período de 2019, e crescimento de 29,9% em comparação ao 2º trimestre de 2020 (o lucro do 3º trimestre foi de R\$ 5,031 bilhões frente a R\$ 3,873 bilhões, no 2º trimestre). Os dados fazem parte da análise feita pelo Dieese a partir do relatório de balanço do banco sobre os resultados 3º trimestre.

Mesmo com esse lucro altíssimo, o presidente do banco anuncia o fechamento de mais de 1.100 agências até o final do ano. A holding encerrou o 3º trimestre de 2020 com 95.934 empregados, redução de 3.338 postos de trabalho em doze meses. No período foram fechadas 772 agências. Somente entre o final de março e de setembro, foram fechados 1.300 postos de trabalho e 605 agências, mesmo após o banco ter assumido o compromisso de não demitir funcionários enquanto durar a pandemia.

A receita com prestação de serviços e tarifas bancárias caiu 2,2% em doze meses, totalizando R\$ 19,4 bilhões, mas as despesas com pessoal (incluindo a PLR) caíram ainda mais (-5%) atingindo R\$ 14,3 bilhões. Segundo o banco, o resultado com as despesas de pessoal reflete “benefícios com o plano de desligamento voluntário (PDV) de 2019”. Assim, somente com estas receitas secundárias, que representam um valor irrisório frente ao que obtém com outras transações financeiras, o banco conseguiu cobrir todas as despesas que teve com seus funcionários e ainda sobrou 35,4%.

PRESIDENTE DA CAIXA JÁ ANUNCIA PLANOS DE VENDAS DE AÇÕES DO BANCO DIGITAL PARA 2021



O banco digital da Caixa Econômica Federal ainda nem foi criado e o presidente da empresa, Pedro Guimarães, já faz planos para vendê-lo no ano que vem. À agência Reuters, dia 26/10, Guimarães disse que pretende fazer o IPO (oferta inicial de ações) em listagem no Brasil e no exterior.

O presidente da Caixa também informou que pretende vender cerca de 15% do Caixa Tem por meio do IPO. No entanto, a abertura de capital depende de aprovação do Banco Central e as tratativas para constituir o negócio ainda estão no início.

Para o movimento sindical, a venda do banco digital é mais uma etapa no cronograma de privatizações do Governo. Estamos alertando sobre esses ensaios da direção da Caixa para vender o banco digital. Desde o começo da pandemia o presidente do banco já dava sinais da sua intenção.

Apesar de ter sido criado com ur-

gência, durante a pandemia, o banco digital se tornou um dos maiores do mundo. Em pouco tempo, graças ao grande trabalho dos empregados da Caixa, foram abertas mais de 90 milhões de contas digitais, conseguindo bancarizar mais de trinta milhões de brasileiros. Em vez de valorizar a conquista para melhorar o atendimento à população e fortalecer o banco público, mais uma vez, a intenção do governo é fatiar a Caixa e torná-la cada vez menor.

Além do banco digital, o plano do governo e da direção da Caixa é fazer mais quatro IPOs em 2021. Estão na fila a Caixa Seguridade, as loterias, gestão de ativos e cartões. É um total desmonte do banco público que tem se fortalecido como banco que está ao lado dos brasileiros em todos os momentos do país, especialmente nas horas de crise. Não podemos permitir que um governo de ocasião destrua um patrimônio construído há 160 anos.

FUNCIONÁRIOS NEGOCIAM TELETRABALHO COM O BANCO DO BRASIL

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Banco do Brasil se reuniu dia 27/10 com a direção do banco para discutir um acordo sobre teletrabalho. A negociação foi acompanhada pela Contraf-CUT.

“Não estamos debatendo hoje. Começamos o debate faz algum tempo, na campanha nacional. No início, os bancos avaliavam que o teletrabalho era um privilégio. Mas os bancos economizaram muito com o teletrabalho e os bancários tiveram mais custos para trabalharem em casa. Para nós, é importante o controle da jornada, a ajuda de custo para cobrir as novas despesas, fornecimento de equipamentos e móveis adequados”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandira Moreira.

As primeiras discussões foram feitas e a negociação continua nos próximos dias. “Precisamos lapidar ainda esse



acordo. Apresentamos nossas premissas para o debate que foram definidas na nossa conferência nacional. Para nós é fundamental o controle da jornada, o fornecimento de equipamentos e a ajuda de custo, além de outras questões que vão ser discutidas com a direção do banco nas próximas reuniões”, disse coordenador da COE do Banco do Brasil, João Fukunaga.

NEGOCIAÇÕES – Desde março de 2020, boa parte dos bancários entraram em teletrabalho. Foram cerca de 2/3 da categoria, aproximadamente 300 mil trabalhadores deslocados dos locais de trabalho para suas casas. As premissas para um acordo sobre teletrabalho foram definidas a partir de uma pesquisa feita pelo Dieese Rede Bancários com 11 mil trabalhadores da categoria que passaram para o teletrabalho. A primeira negociação com a Fenaban na renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) foi sobre teletrabalho. A negociação avançou após a campanha nacional da categoria, banco a banco. O primeiro foi o Bradesco, que fechou um acordo sobre o tema. Agora as negociações acontecem com o Banco do Brasil e o Itaú.

CONVÊNIO: PSICÓLOGA OFERECE 20% DE DESCONTO PARA ASSOCIADOS E DEPENDENTES

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio com a psicóloga Janielle Fraga, que oferece aos bancários sindicalizados e seus dependentes um desconto de 20% nos atendimentos com o objetivo de disponibilizar uma melhor qualidade de vida, psíquica e emocional.

A dra. Janielle Fraga atende a um público entre 13 e 60 anos de idade, de terça a sexta feira, manhã, tarde e noite, mediante horários disponíveis.

Para agendar seu atendimento, entre em contato com o número (85) 9 9749-7710 (também é whatsapp).

Mais informações: Instagram @psicologajaniellefraga.
Aproveite mais essa parceria!





SANTANDER ALCANÇA LUCRO DE QUASE R\$ 10 BI EM NOVE MESES

O Santander obteve um Lucro Líquido Gerencial de R\$ 9,89 bilhões, nos primeiros nove meses de 2020, queda de 8,6% em relação ao mesmo período de 2019, e alta de 82,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior. A rentabilidade (retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado – ROE) ficou em 18,5%, com queda de 2,7 pontos percentuais em doze meses, segundo análise feita pelo Dieese, com base nos dados divulgados pelo banco.

Sem a PDD, a rentabilidade também aumentaria para 21,8%, com alta de 0,6 pontos percentuais.

AVAL DO BANCO CENTRAL – A utilização da PDD é permitida pelo Banco Central. Não há ilegalidade nisto. Mas, dissemos que se trata de uma manobra porque a inadimplência está em queda. Ou seja, não se justifica uma PDD tão alta, tampouco seu crescimento. O banco deveria explicar, com transparência, essa provisão extraordinária, mesmo com a inadimplência em

queda. Segundo os dados divulgados pelo banco, o Índice de Inadimplência superior a 90 dias ficou em 2,1%, queda de 0,9 pontos percentuais em doze meses. As provisões para créditos de liquidação duvidosa (PDD), por sua vez, subiram 39,2%, somando R\$ 13,5 bilhões. Segundo o banco, essa elevação é decorrente da constituição de R\$ 3,2 bilhões de despesa de provisão extraordinária, impactando negativamente o resultado do período.

PAÍS DAS MARAVILHAS – O lucro obtido no Brasil representou 30% do lucro global, que foi de € 3,658 bilhões. O resultado global sofreu uma queda de 33% em relação ao 3º trimestre de 2019, impactado pelas provisões para perdas em função da pandemia da Covid-19 no mundo e a deterioração do cenário econômico decorrente desta.

#QUEMLUCRANÃODEMITE – A receita com prestação de serviços mais a renda das tarifas bancárias chegou a R\$ 13,3 bilhões e as despe-

sas com funcionários mais PLR ficaram em R\$ 6,8 bilhões no período. Assim, apenas com essas receitas secundárias, muito pequenas frente ao que o banco ganha com outras transações financeiras, o banco consegue cobrir todas as despesas com seu pessoal e ainda sobre 94,9% (quase duas folhas de pagamento). Mesmo assim, o banco continua demitindo e reduzindo seu quadro de pessoal, em plena pandemia. A holding encerrou o 3º trimestre com 45.147 empregados, com fechamento de 4.335 postos de trabalho em doze meses, a despeito do compromisso assumido pelo banco com os trabalhadores de “Não Demissão” durante a pandemia. Da mesma forma, foram fechadas 149 agências em doze meses, sendo 91, entre o início de abril e o final de setembro de 2020.

O Santander demitiu 2.045 funcionários no Brasil entre o início de abril e o fim de setembro, os meses mais agudos da pandemia de Covid-19. Mesmo tendo arrancado bilhões de lucros dos brasileiros.

COE DO ITAÚ DISCUTE TELETRABALHO E QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO REGISTRO DE PONTO DOS FUNCIONÁRIOS

A direção do Itaú se reuniu dia 27/10 com a Comissão de Organização dos Empregados do banco (COE Itaú) para apresentar propostas para um acordo sobre teletrabalho, ponto eletrônico e acordo de quitação do espelho do ponto. O acordo deve regular o teletrabalho para entorno de 35 mil a 38 mil funcionários.

Na reunião, o Itaú apresentou como propostas o controle da jornada de trabalho com ponto eletrônico, que deve regular o trabalho de cerca de 57 mil funcionários. Também será paga uma ajuda de custo de R\$ 960,00, em duas parcelas semestrais de R\$ 480,00 cada. O banco irá respeitar os intervalos para refeição e os períodos de descanso.

Serão mantidos, integralmente, os vales refeição e alimentação. O vale transporte vai ser pago proporcionalmente, para os dias em que o funcionário fizer o trabalho presencial, no local de trabalho. O banco vai fornecer o equipamento (computador e cadeira ergométrica).

A proposta discutida na reunião agora será repassada para as federações e entidades sindicais para conhecimento e debate.

PONTO ELETRÔNICO E QUITAÇÃO – Na reunião, a direção do Itaú apresentou uma proposta de controle de jornada e quitação das obrigações do registro de ponto dos funcionários. Além do controle mensal do registro de ponto diário, os funcionários poderão acessar um termo de quitação de suas



“Tivemos todo o cuidado nessa crise de pandemia, fizemos um acordo de banco de horas negativas, mantendo o nível de emprego. E, com esse acordo de teletrabalho, estamos nos preocupando com o bem-estar e a manutenção do emprego. A proposta é boa, garante emprego, direitos e benefícios. Isso é o mais importante nessa crise: manter os direitos e os empregos”

Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fetrafi/NE na COE Itaú

horas semestralmente e terão a possibilidade de concordarem ou não. Caso não haja concordância o funcionário deve procurar o Sindicato e abrir um chamado na Central de Pessoas. Os sindicatos acompanharão todo o processo para garantir que não tenham irregularidades. Importante ressaltar que a quitação é opcional e se refere somente à jornada trabalhada, não impedindo nenhuma outra reclamação trabalhista.

FALTA DE INFORMAÇÃO CRIA CLIMA DE TERROR NAS AGÊNCIAS DO ITAÚ

A COE Itaú se reuniu dia 28/10 com representantes do banco e cobrou informações sobre os boatos de demissões que criam um clima de terror nas agências. A COE reivindicou que o banco divulgue comunicado para esclarecer que não haverá reestruturação, pelo menos neste ano, conforme dito pelos representantes do Itaú na reunião.

Na reunião, o representante do banco informou que este ano não haverá nenhuma reestruturação e extinção de cargos e que a partir do ano que vem é que será aplicado um modelo piloto em algumas agências. O detalhamento das mudanças será apresentado em uma nova reunião com a COE, em 10/11.

A falta de informação por parte do banco foi uma crítica comum feita pelos membros da COE. O representante do banco admitiu que existem problemas de comunicação. Além de um comunicado sobre a não realização de reestruturação, o banco deve esclarecer aos trabalhadores e à COE o projeto piloto que disse estar em andamento. Também foi cobrado que o Itaú emita outro comunicado sobre as metas de consignado, que estão comprometidas diante dos atrasos das liberações. O representante do banco informou que os atrasos são da DataPrev, órgão do governo federal. A COE cobrou, então, que os funcionários não sejam prejudicados pelos atrasos e que as dificuldades nas liberações sejam explicadas oficialmente pelo banco.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO – Outra informação passada pelo representante do banco é de que, por causa de ações do Ministério Público, as agências que fazem atendimento até 14h vão estender o horário até 15h. A COE também cobrou que a vacina contra o novo coronavírus a ser disponibilizada seja garantida pelo banco para todos os funcionários e seus dependentes. O representante do banco disse que a reivindicação da vacina será analisada. Também foi cobrada a retomada do debate sobre plano saúde, incluindo os aposentados. Também foi levantado pela COE o problema das demissões. A COE quer a retomada da Central de Realocações. Outro ponto colocado pelos membros da COE foi que o Itaú retome as homologações com os sindicatos. A COE também aguarda uma resposta sobre a proposta de renovação do PCR para a reunião de 10/11. A expectativa da COE é que a renovação do PCR aconteça antes do final do ano.

COLETIVO NACIONAL DOS BANCÁRIOS PEDE ESCLARECIMENTOS À FENABAN SOBRE AUXÍLIO DOENÇA

Em reunião, realizada dia 28/10 com a Fenaban, o Coletivo Nacional de Saúde dos Bancários pediu esclarecimentos sobre os problemas na interpretação de cláusula da CCT que trata de complementação salarial aos bancários afastados por doença. Também foram cobradas dos bancos explicações sobre a demissão de trabalhadores doentes e a retomada de medidas protetivas, devido ao aumento de casos de Covid-19. Os representantes dos trabalhadores externaram a preocupação com a flexibilização das medidas protetivas.

Na ocasião, o Coletivo esclareceu que a complementação salarial prevista na cláusula 29 da CCT, além de complementar o salário total, traz as garantias jurídicas previstas na Convenção. Portanto, deve ser garantida a complementação e todos os reflexos nas verbas salariais, PLR, tíquete, entre outros. O valor emergencial é de R\$ 1.045,00 estabelecido pela



lei 13892/20, mas há casos em que o afastado está sobrevivendo com apenas um salário mínimo, visto que em algumas situações não pagam o adiantamento emergencial de salário. Também foi cobrado que, em eventuais ressarcimentos aos bancos, não sejam descontadas parcelas acima de 30% dos salários.

Segundo o Coletivo, a interpretação dos bancos sobre a complementação salarial do auxílio doença está em desacordo com a cláusula da CCT e têm gerado prejuízo aos trabalhadores.

Os representantes da Fenaban, reforçaram a preocupação com a pandemia e concordaram com a necessidade de retomar a mesa de debates sobre o assunto, e ainda afirmaram que os bancos serão orientados a terem um rigor maior evitando flexibilizar medidas diante da piora do cenário.

O Coletivo também relatou a indignação do movimento sindical com a demissão de trabalhadores doentes. É inadmissível a postura dos bancos quanto ao grupo de risco, que muitas vezes estão sendo pressionados a retornar ao trabalho presencial, sendo obrigados a apresentarem relatórios médicos, além da autodeclaração, e muitas vezes acabam sendo demitidos.

A Fenaban pediu um prazo para apresentar uma posição sobre o assunto, que deverá ocorrer no início de novembro. A entidade também pediu um prazo para se posicionar quanto à interpretação da cláusula 29 da CCT.

LANÇADA CAMPANHA PARA TRIBUTAR SUPER-RICOS

Foi lançada no último dia 29/10, através de uma live, uma campanha nacional para cobrar medidas tributárias necessárias para enfrentar a grave crise aprofundada pela pandemia e contribuir para a retomada do crescimento do país.

Foram apresentadas oito propostas que podem promover um aumento de arrecadação de quase R\$ 300 bilhões, tributando apenas as altas rendas e grandes patrimônios dos 0,3% mais ricos do Brasil. As propostas reduzem impostos para os mais pobres e as pequenas empresas e melhora a repartição de recursos entre estados e municípios. Além de serem estratégicas para tirar o Brasil da crise e solucionar problemas históricos de justiça fiscal em nosso país.

Mais de 50 organizações já se integraram à campanha e outras dezenas estão se somando ao movimento para garantir a aprovação e adoção das medidas de curto e médio prazo que fortalecerão o Estado e possibilitarão o enfrentamento da pandemia, a garantia de renda para os mais pobres e a retomada da atividade econômica.

Para saber mais:

Instagram: @tributar.os.super.ricos

Facebook: /tributar.os.super.ricos

Twitter: @OsTributar

CONFIRA AS PROPOSTAS:

- Correção das distorções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).
- Instituição do Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF) sobre as riquezas das pessoas físicas que ultrapassarem R\$ 10 milhões.
- Elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos setores financeiro e extrativo mineral.
- Criação da Contribuição sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSAR), incidindo sobre rendas anuais acima de R\$ 720 mil.
- Mudanças regras do Imposto sobre Heranças e Doações (ITCMD), com ampliação da alíquota máxima de 8% para 30%.
- Novas regras de repartição de receitas da União com Estados e Municípios. A previsão é de acréscimos de aproximadamente R\$ 83 bilhões para os Estados e R\$ 54 bilhões para os Municípios.
- Regras para disciplinar a concessão de benefícios fiscais e para combater a sonegação.

CAMED REALIZA ELEIÇÕES PARA CONSELHOS DELIBERATIVO/ FISCAL E OUVIDORIA

Entre os dias 23 de novembro e 4 de dezembro, a Camed – caixa de assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) realiza eleições para o cargo de Ouvidor e para membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Para a Ouvidoria, duas candidatas concorrem ao cargo. O Sindicato dos Bancários do Ceará indica o voto na funcionária aposentada do BNB, Luiza Barbosa. Funcionária do BNB até 2019, onde exerceu funções como gerente executivo de agências e gerente do Ambiente de Gestão de Pessoas. É formada em Pedagogia pela Universidade do Vale de Acaraú, com especialização no curso de MBA em Gestão de Pessoas pela FGV-MARPE.

Para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, duas chapas concorrem. O Sindicato indica o voto na Chapa 2 – Camed: Sustentável e Transparente.

A Chapa 2 é composta pelos companheiros Maria Ângela Martins Tabosa Alencar (candidata a titular do Conselho Deliberativo), com pós-graduação em Gestão Empresarial pela FGV. Atualmente é lotada na Superintendência de Logística. Seu suplente é José Maurício de Sousa Filho (Gerente Executivo no Ambiente de Negócios com Micro e Pequenas Empresas na Direção Geral).

Para o Conselho Fiscal, o candidato a titular da Chapa 2 é o colega Antonio Adons de Oliveira, funcionário do BNB desde 2002 e que atualmente é lotado na direção geral, na função de consultor. Seu suplente é o companheiro Daniel Castelo Branco Martins (funcionário do BNB desde 2013 e graduado em Administração de Empresas e cursando MBA em Gestão Bancária).

Para informações adicionais acesse o Portal Camed (www.camed.com.br).

Eleição para os Conselhos: De 23/nov a 04/dez
Deliberativo e Fiscal
CAMED **Vote CHAPA 2**
CAMED: Sustentável e Transparente

Conselho Deliberativo
ÂNGELA TABOSA

Conselho Fiscal
ADONS DE OLIVEIRA

Conselho Deliberativo Suplente
MAURICIO DE SOUSA

Conselho Fiscal Suplente
DANIEL MARTINS

É hora de RENOVAR!
Conheça nossas propostas!
@chapa2camedvida

A CAMED é VIDA! Seu voto faz a diferença!

**PARA OUVIDORA DA CAMED
VOTE NA CANDIDATA Nº 1
LUIZA BARBOSA.**

**Luíza
Barbosa**
OUVIDORIA Nº 1

Decreto de segurança

Após o vazamento de um dossiê do governo Bolsonaro contra opositores, os chamados movimentos antifascistas, que incluem movimentos sindical e sociais, um grupo criado pelo Ministério da Justiça elaborou e aprovou novas diretrizes sobre como deve ser o trabalho de inteligência, ou espionagem, em segurança pública no Brasil. De acordo com informações da coluna de Mônica Bérnago, da Folha de SP, o relatório com as diretrizes do trabalho de inteligência deve ser oficializado por meio de dois decretos, que devem ser publicados por Bolsonaro ainda este ano. Apesar de o conteúdo do documento ainda ser sigiloso, as características de Bolsonaro – fascista e antidemocrático – remetem a elaboração do plano um ataque aos movimentos populares.

Anticorpos da covid-19

Os anticorpos do novo coronavírus desaparecem rapidamente depois da infecção, pondo em xeque a teoria da imunidade de rebanho — é o que aponta estudo realizado pelo Imperial College London com 365 mil pessoas no Reino Unido. Segundo a análise dos pesquisadores, que foi realizada entre junho e setembro deste ano, o número de pessoas com os anticorpos necessários para lutar contra as infecções da covid-19 caiu em 26% durante o período do estudo. O resultado da pesquisa também sugere que pessoas com quadros assintomáticos da covid-19 estão mais suscetíveis a perder os anticorpos do que aqueles que apresentaram algum dos sintomas da doença.

Eleitor não precisa apresentar título

Está confirmado. Nas eleições para prefeitos e vereadores deste ano, os 148 milhões de brasileiros aptos a votar não precisarão apresentar o título de eleitor, mas é obrigatório o uso de máscaras para se proteger contra o novo coronavírus. A decisão é do STF. Segundo o Plenário da Corte, a apresentação do título de eleitor não é obrigatória, basta mostrar um documento com foto. Os eleitores que fizeram a identificação biométrica também poderão usar o aplicativo e-Título, cujo perfil tem foto e todos os dados, para entrar na seção eleitoral. O TSE orienta os eleitores a levarem suas próprias canetas para assinar o caderno de votação.